

Perigosa ilegalidade

Nove funcionários da agência da Celesc, em Joaçaba, receberam, semana passada, o índice de periculosidade relativo aos últimos 5 anos. Os empregados entraram com ação na Justiça em 1989.

Encontro sindical

Entre 27 e 29 de janeiro o Sindicato dos Eletricistas de Lages realizou um encontro com os novos delegados sindicais, eleitos em dezembro passado. Dentro da agenda do encontro foi ministrado um curso sobre a história do sindicalismo pela professora Cleoci Machado.

Terá sido pública?

No último dia 4 aconteceu a audiência pública necessária para abrir o processo de licitação de compra de carvão para a usina de Jacuf. A reunião aconteceu na sede da Eletrosul em Florianópolis e, apesar de ser pública, como exige a lei, o diretor de Engenharia da empresa, não concedeu a palavra a um sindicalista que queria fazer algumas retificações ao que fora dito anteriormente por um parlamentar presente. O lançamento do edital para compra de carvão sai dia 28 de fevereiro.

Porque privatizar

A General Electric Co e o banqueiro George Soros estão constituindo um fundo conjunto de bilhões de dólares para a construção de usinas elétricas em países emergentes, na esperança de lucrar com a crescente demanda de instalações modernas para produção de energia. A notícia foi dada pelo Wall Street Journal que completa que cada um investiu 200 milhões de dólares e esperam conseguir captar mais 2 bilhões de dólares no mercado para financiar a construção de usinas privadas de geração de energia elétrica. Destes, 50 milhões de dólares virão do Banco Mundial.

Nº 259
10/02/94

LINHA VIVA COAÇÃO

A Juíza Presidente da 7ª Junta de Conciliação e Julgamento de Florianópolis, Agueda Maria Lavorato Pereira, está apurando a possível ocorrência de "coação no curso de processo" por parte de empreiteiras que empregam contratados da Celesc que pleiteiam reconhecimento de vínculo empregatício.

Durante uma audiência, dia oito de fevereiro, o reclamante Daniel de Oliveira declarou à juíza que desejava desistir de sua ação para preservar seu emprego, pois havia recebido ameaça de demissão caso mantivesse o processo. As pressões teriam partido do gerente da EBV - Empresa Brasileira de Vigilância, Ciriilo Severo Redondi. A juíza diante deste fato aconselhou Daniel a persistir, pois a pressão da empresa constitui crime.

Tem sido prática corrente da EBV e da Orcali, outra intermediária de mão-de-obra, ameaçar demitidos que pleiteiam vínculo com a Celesc. Estas pressões, caso comprovadas representam, crime previsto no código penal.

Para apurar o que está ocorrendo, ocorre hoje (dia 10) uma audiência que será presidida pela juíza Márcia do Couto e que vai ouvir vá-

rias testemunhas das empresas e reclamantes. Entre os principais depoimentos estarão os de Renato Valdir Brasil e Roberto Carlos Pereira, que foram demitidos da EBV por não terem desistido de suas ações. A juíza garantiu que as testemunhas que não comparecerem poderão depor "sob vara".

Se for constatado que houve efetivamente a pressão, será feita denúncia ao Ministério Público que deverá abrir processo criminal contra a Orcali e a EBV.

Re recriando

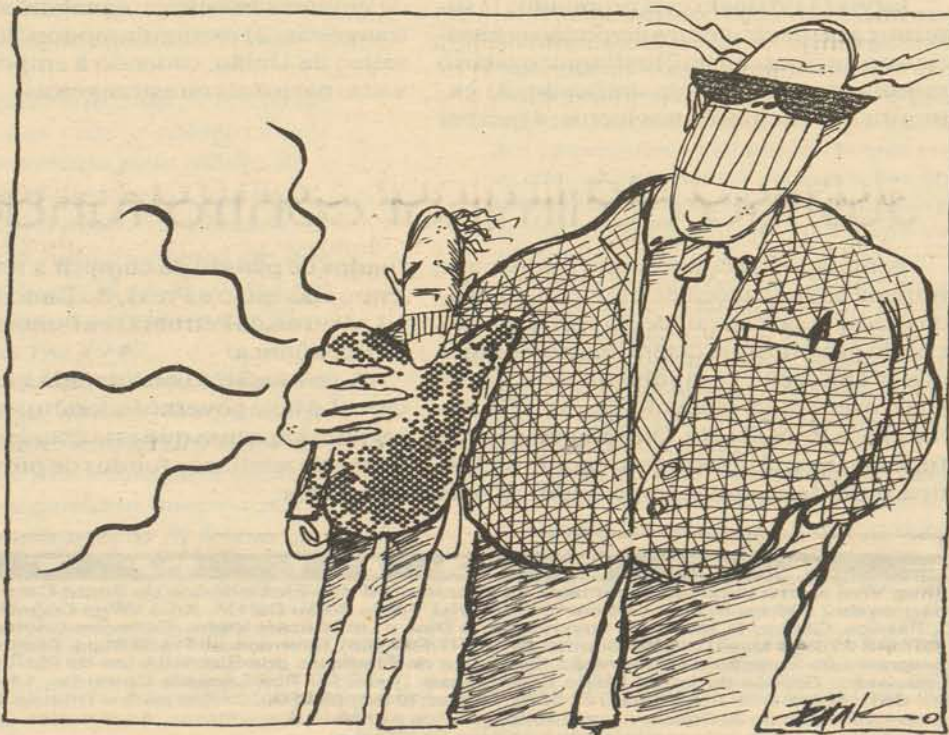
O presidente Itamar determinou a reconstituição da Comissão Nacional de Energia, que acompanha e avalia a política energética brasileira. A comissão foi criada em 1980 e desestruturada no governo Collor. José Israel Vargas, ministro interino das Minas e Energia, disse que de saída a comissão fará uma avaliação da matriz energética brasileira.

Por mais empregos

Foi inaugurada dia 8, em Florianópolis, a sede do Comitê Regional da Ação da Cidadania, numa sala cedida pela LBA. A principal linha de atuação dos comitês em 94 será a campanha pela geração de empregos, o que ataca uma das maiores causas estruturais da miséria.

Você escolhe

Hoje, quinta-feira, o Sinergia está realizando um plebiscito entre os empregados da Eletrosul. A consulta é a respeito da proposta de compensação dos dias intercalados nos feriados feita pela empresa. Os resultados saem na sexta-feira.



Aposentadorias em perigo

O governo Itamar reeditou a Medida Provisória sobre as aposentadorias, no final da semana passada, uma vez que ela ainda não foi votada pelo Congresso. Em função disto os diretores do Sinergia Hélio Bonfim Coimbra e Antonio Vituri estão em Brasília tentando articular no Congresso Nacional a possibilidade de incluir emendas nesta MP de interesse dos eletricitários. Segundo eles a confusão, principalmente sobre a aposentadoria especial, é muito grande e a MP está gerando interpre-

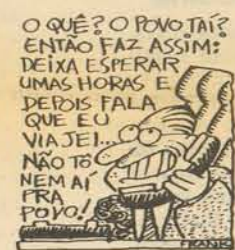
tações confusas até do INSS, que está suspendendo estas aposentadorias. A Medida Provisória extingue o pecúlio, o abono permanência (o famoso pé na cova) e obriga o empregado a demitir-se para requerer aposentadoria.

Para complicar ainda mais, as coisas na revisão constitucional em relação à aposentadoria também vão mal. O relator da revisão, deputado Nelson Jobim (PMDB/RS) avisou que vai propor o fim das aposentadorias especiais.

Anistia será parcial

Está prevista para amanhã, quinta-feira, a assinatura da Medida Provisória que anistia alguns demitidos do Governo Collor. A minuta da medida foi discutida durante toda a semana entre os representantes dos demitidos e o governo. Esta MP deve permitir o retorno de uma pequena parcela de servidores dispensados em 1990. Tudo terá que ser feito através de medida provisória porque o presidente Itamar vetou o projeto de lei do Congresso que concedia anistia a todos demitidos. O governo quer que a MP só permita o retorno de quem está desempregado, prove que em 1990 pertencia ao quadro permanente na administração pública federal direta ou indireta, não tenha nenhum tipo de punição no currículo e tenha 10 anos ininterruptos de serviço público.

Quem é quem na revisão



A partir desta edição o Linha Viva vai divulgar como os deputados e senadores catarinenses irão votar na revisão constitucional. Nesta primeira relação apontamos as emendas apresentadas pelos deputados Jarvis Gaidzinski (PPR), Hugo Biehl (PPR) e Paulo Duarte (PPR) consideradas lesivas à maioria da população brasileira.

Jarvis Gaidzinski está propondo: 1) suprimir a proteção contra demissão arbitrária ou sem justa causa; 2) extinguir o salário mínimo nacionalmente unificado; 3) extinguir a participação nos lucros; 4) acabar

com o turno de 6 horas; 5) extinguir a licença paternidade; 6) eliminar o aviso prévio; 7) extinguir a estabilidade do serviço público.

Hugo Biehl quer: 1) extinguir o salário mínimo nacionalmente unificado; 2) retirar o turno de 6 horas para trabalhadores rurais; 3) acabar com a gratuidade do ensino superior; 4) suprimir o regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União.

Paulo Duarte assina emendas referentes a: 1) eliminar da Constituição a definição de empresa brasileira, igualando-a às estrangeiras; 2) extinguir monopólio do petróleo da União, cedendo à empresas privadas nacionais ou estrangeiras.

Justiça dá liminar contra fundos

A Justiça está concedendo liminar que impede as fundações de previdência ligadas a empresas estatais de cumprir a resolução do governo que determina a esses fundos a aplicação compulsória de 35% de suas reservas em Notas do Tesouro Nacional - série R (NTN-R). Oito associações de funcionários já tinham conseguido na Justiça medida cautelar impedindo os seus

fundos de pensão de cumprir a resolução. Entre elas estão a Previ, do Banco do Brasil, a Petrus, da Petrobrás e a Funcef, da Caixa Econômica.

A resolução é considerada inconstitucional. Mas o governo federal mandou avisar pela imprensa que está estudando uma forma de retaliar os fundos de previdência de estatais.

EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina com tiragem de 7.500 exemplares. Conselho Editorial: Fábio Pedro Dal Bó, Arno Veiga Cugnier, Mauro G. Passos, Glaucio C. Marques, Sovernir Melcio Dias e Luiz César Vieira. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS 6166) e Marli Cristina Scmazzon (DRT/RS 4966). Ilustrações: Frank Maia. Diagramado e composto na Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis. Impressão: Gráfica do jornal Diário Catarinense. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP: 88015-030. Fone (0482) 22-3866 Telefax: (0482) 23-5596. Cartas para a Tribuna Livre não podem ter mais de 30 linhas, e sua publicação fica a critério dos editores. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

Barrageiros acampam na frente da Eletrosul contra consórcio de Itá

Durante dois dias, de segunda até quarta-feira passada, cerca de 60 agricultores que tem suas terras atingidas pela barragem de Itá, estiveram acampados em frente a sede da Eletrosul, em Florianópolis, para tentar resolver os problemas de assentamento das famílias que perderão suas terras com a obra e também para dar publicidade à iniciativa da Crab (Movimento dos Atingidos por Barragens) contra a licitação e o consórcio da obra de Itá.

Há dez anos os colonos estão lutando pelo reassentamento ou indenização e os poucos avanços que conseguem sempre são frutos de mobilizações como desta semana. A Eletrosul começou a indenizar e reassentar estas famílias em 1988 e até agora não conseguiu resolver a metade dos problemas dos atingidos: faltam ainda 4.200 famílias para serem reassentadas. De concreto os colonos dizem que conseguiram a promessa da empresa de que seus técnicos não irão mais pressionar os atingidos a trocarem suas terras por quantias irrisórias (há três meses um deles vendeu tudo que tinha por CR\$ 500 mil) e que comprarão ainda este mês 4 mil hectares para reassentamento, já



Barrageiros só conseguem ter seus direitos reconhecidos através da pressão constante

licitados. Além disto, apesar dos colonos desejarem apressar o cronograma de reassentamento com a compra por parte da Eletrosul de 200 hectares por mês, a empresa disse que só dispõe de verbas para compra de 100 hectares/mês, o que acabou sendo aceito pelos atingidos.

Já a campanha contra a licitação e o consórcio de Itá em 1994, segundo a Crab, se deve a vários fatores. "O go-

verno Itamar está no seu final e entendemos que a responsabilidade para levar adiante esta obra deve ser do próximo governo. Está provado também que os maiores corruptos do Brasil são as grandes empreiteiras, dentre elas as grandes construtoras de barragens, que querem pegar a obra com o envolvimento de deputados e senadores. Se não bastasse isso, temos um exemplo na construção dos reassentamentos que

é possível fazer construções maiores, melhores e com menos dinheiro. Finalmente podemos tranquilizar toda população que o adiamento das licitações para 1995 não deixará ninguém sem energia e nem atrasará nosso país, ao contrário: se fizermos as coisas certas estaremos promovendo nosso desenvolvimento".

Nota do DIEESE à opinião pública

No último sábado, dia 5 de fevereiro, o DIEESE participou de reunião com a equipe técnica do governo em busca de informações que esclarecessem alguns aspectos do Plano Econômico, em particular, sobre o que é a Unidade Real de Valor (URV).

O encontro, realizado na sede do Banco Central, em São Paulo, teve caráter exclusivamente técnico, sem qualquer objetivo de negociação, uma vez que representar o movimento sindical é atribuição das centrais e demais entidades sindicais. Ao DIEESE cabe o papel de assessorar tecnicamente discussões de interesse dos trabalhadores, para esclarecê-los sobre medidas que os atinjam.

Os técnicos do DIEESE presentes à reunião manifestaram, na oportunidade, suas preocupações com o salário mínimo, os demais sa-

lários e o emprego, já que até hoje, todos os planos econômicos implementados no país acabaram por acarretar prejuízos para os trabalhadores.

As estratégias de estabilização econômica adotadas no Brasil utilizaram-se, com frequência, de mecanismos de conversão de salários pela média, enquanto o movimento sindical - e o DIEESE, enquanto entidade que o assessoria - sempre defendeu que os salários deveriam ter como referência o momento de seu maior poder aquisitivo, ou seja, a ocasião em que ele se encontra no pico.

A fórmula de conversão dos salários pela média não conseguiu, em todas tentativas, garantir a manutenção desse poder aquisitivo. Ao ser convertido pela média, o salário só mantém seu poder de compra caso não haja mais inflação. Ape-

sar das garantias de que a inflação acabaria, nenhum dos planos anteriores conseguiu concretizar esta promessa.

Simulação realizada pelo DIEESE mostra que caso o salário mínimo seja convertido pela média de doze meses, ele terá uma perda de 33,62% de seu poder de compra. E isto ocorrerá num momento em que o salário mínimo já se encontra em um dos menores patamares desde sua criação, em 1940.

Como em todos planos foram os trabalhadores que saíram penalizados, o DIEESE manifesta, mais uma vez sua preocupação com o uso deste mecanismo, mesmo porque, os demais preços já foram ajustados de maneira a se encontrar no pico, em qualquer momento em que esta conversão venha a ser implementada.

Direção sindical e técnica do DIEESE.

TRIBUNA LIVRE

Até Quando?

José Amarildo Rampelotti
Diretor do Sintevi

O seminário que discutiu os problemas dos fundos de pensão e a grave ameaça que paira sobre eles em função das últimas medidas impostas de maneira autoritária e até criminosa pelo governo e mais as próprias emendas contidas na revisão constitucional, foi de grande repercussão a nível nacional dado o grande número de representantes dos mais diversos segmentos da sociedade brasileira ao evento.

Organizado pela INTERSUL e pela ABRAPP, o seminário teve o objetivo de chamar a atenção das autoridades governamentais e políticas, das empresas patrocinadoras dos fundos, das diretorias das fundações e dos participantes, para este grave momento, além da tentativa de uma ação conjunta destes segmentos para coibir os efeitos nefastos destas medidas.

Pois bem, com a participação de economistas e advogados de grande conhecimento na área de previdência complementar, políticos de várias siglas partidárias, diretores de várias patrocinadoras dos fundos, representantes das fundações (diretores e curadores), sindicalistas e participantes o seminário, como já dissemos, foi um sucesso.

Porém, alguns fatos, que indignaram muitas pessoas, devem ser registrados. Aqui na região do Vale do Itajaí, por exemplo, a grande maioria das chefias não participou e procurou dificultar a participação dos empregados interessados. Esqueceram-se que, na sua maioria, estas pessoas poderiam colaborar trazendo esta discussão para dentro da Celesc fazendo com que, através do debate e informação todos ficassem esclarecidos sobre o que está acontecendo.

Relegaram a segundo plano este fato, dizendo alguns, que isto era coisa do "sindicato" e, pasmem, em Rio do Sul, a kombi não se deslocou a Florianópolis porque havia no grupo que iria ao seminário cinco diretores do sindicato.

Que pena! Estas pessoas, apesar de toda bagagem de conhecimentos, de terem acesso a dados, informações, de serem dotadas de inteligência, que temos certeza possuem, não tiveram a grandeza de perceber a importância do evento e não conseguiram se despir de sentimentos retrógrados e reacionários, coisa que a maioria dos seus superiores, neste caso, fez, e não quiseram entender que com tais atitudes não se vai a lugar nenhum. Que vergonha!



Programação do CIC

Esta é a programação do Centro Integrado de Cultura até a próxima quarta-feira. Os eletricitários têm direito a meia entrada com apresentação da carteira do Sinergia, conforme convênio deste sindicato com o CIC.

Dias 10 e 11 de fevereiro (quinta e sexta-feira)

19h45 min Como Água Para Chocolate

21h45 min A Grande Melancia

De 12 a 16 de fevereiro (sábado a quarta-feira)

19h 45min Como Água Para Chocolate

21h 45 min Romance de Outono

RESENHA

Romance de Outono (EUA 1991 - Realização de Bebban Kidron, com Shirley MacLaine, Marcelo Mastroianni, Kathy Bates, Jessica Tandy, Marcia Gay Harden, Sylvia Sidney - Duração: 1h 40min).

Esta produção reuniu a dupla de "Tomates Verdes Fritos" - Bates e Tandy -, logo após o sucesso daquele filme. Trata-se de um drama cômico sobre os "used people", isto é, os idosos. É um filme que certamente agradará aqueles que já passaram dos 30; dificilmente os jovens apreciarão esta nostalgia de uma viúva há 37 anos (MacLaine) que se vê paparicada pelo oriundi Mastroianni, as brigas das filhas da viúva e toda uma conversação e macarronadas em torno de uma família numerosa. A cineasta londrina Bebban Kidron (33 anos) faz aqui seu primeiro filme na América, depois da revelação em "Antonia e Jane" (inédito). Observe no filme a presença de Sylvia Sidney (com 90 anos), a radiosa atriz de Lang, Sternberg, Mamoulian, etc).

Como o Uruguai se safou das garras do neoliberalismo

O uruguaio Alvaro Padron, eletricitário e dirigente do sindicato que agrupa os trabalhadores da empresa estatal de energia elétrica (AUT), que tem o monopólio da geração, distribuição, transmissão e comercialização da energia no Uruguai, esteve em Florianópolis recentemente e conversou com o Linha Viva sobre a luta dos trabalhadores daquele país contra a ofensiva do governo de concepção neoliberal que entende que a reforma do Estado passa pela privatização dos serviços, particularmente das empresas públicas. O Uruguai, em plebiscito realizado em 93, rejeitou qualquer privatização no país.

LV - Como foi a história do plebiscito da privatização no Uruguai?

Alvaro - Nós, trabalhadores, entendemos que é necessário reformar o Estado, mas que a privatização não é a solução. Ao contrário isto irá aumentar a ineficiência do Estado para dar serviços e resolver problemas da população. O movimento sindical entendeu que não era uma questão de ser enfocada só sob a perspectiva do movimento sindical. Quando o governo apresentou uma lei de privatização das empresas públicas o que fizemos foi utilizar um recurso da Constituição Uruguaia: convocar um plebiscito e passar a decisão para o conjunto da população, ao invés de ficar só com o parlamento.

LV - E qual foi o resultado?

Alvaro - Se derrubou a lei de privatização no Uruguai e se instalou uma discussão sobre qual deve ser a reforma do Estado. Para nós não bastava derrubar a lei de privatização. O compromisso do movimento sindical é de realizar uma reforma efetiva do Estado, que ele seja mais eficiente, tenha melhores serviços e definitivamente cumpra o seu papel. É nesta etapa que estamos agora.

LV - Que papel o governo jogou?

Alvaro - Ele queria nos impor o papel de conservadores, daqueles que queriam tudo ficasse como está. De nenhuma maneira poderíamos isto: em primeiro lugar, porque a situação atual do Estado é responsabilidade das classes dominantes, representadas no go-

verno atual do Uruguai. O governo mudou de opinião, depois de ter administrado, durante décadas, mal o Estado. Agora, inventa que a solução é diminuí-lo, praticamente fazê-lo desaparecer, inclusive vendendo os setores mais eficientes e que permitem as maiores arrecadações. O processo de privatização da nossa região é muito claro: em nenhum caso se privatizam setores que sejam deficitários. Privatizam o que é mais rentável para o Estado. Ninguém vai comprar uma coisa que não lhe dê lucro.

LV - E as consequências?...

Alvaro - O que acontece, se este processo se desenvolve, é que o Estado perde suas ferramentas fundamentais de controle da economia, os setores que



lhes permite a maior entrada de dinheiro e mantém os setores mais deficitários. Por isto é absolutamente falso que se opere uma reforma do Estado e se aumente sua eficiência. O que se mantém é exatamente todos seus aspectos negativos. De alguma maneira no Uruguai se pode demonstrar isto e a população já entendeu que o projeto apresentado pelo governo era exclusivamente de privatização e que não tinha praticamente nenhum elemento de reforma do Estado. Não foi somente nos opor à lei mas apresentar uma alternativa. Se não tivéssemos sido capazes de fazer a população entender que estávamos apresentando uma alternativa real de reforma as pessoas não teriam tomado o caminho que tomaram.

LV - Então o Uruguai nunca mais vai pensar em privatização?

Alvaro - Não é assim. O governo uruguaio vai insistir permanentemente na sua concepção que é de privatizar em diferentes esferas. O que caiu foi uma lei que dava amplitude à privatização. O problema da privatização é muito mais amplo do que visualizá-lo em al-

gumas empresas, ele pode ter muitas magnitudes. Estamos vivendo processos de privatização de alguns setores que não são tão estratégicos como as telecomunicações, energia ou serviço portuário. O governo, onde pode, tenta privatizar. E nós, permanentemente temos que recorrer à denúncia de que de alguma maneira o governo insiste em algo que a população já definiu.

LV - Que alternativas à privatização estão sendo propostas?

Alvaro - Se deve partir da idéia de que a articulação e a conformação desta proposta não pode ser patrimônio de só um setor. Nós, como movimento sindical, devemos coordenar e articular com outros setores da sociedade, particularmente com os usuários do serviço, uma

proposta alternativa de reforma do Estado. Temos um projeto que está sendo discutido a nível da central de trabalhadores, de outras organizações sindicais e também dos partidos políticos porque no final tem que se tornar um projeto-de-lei, deve ser uma lei alternativa àquela proposta pelo Estado que é a privatização. Entendemos que o Estado deve se manter nas áreas estratégicas, que deve se exigir uma reformulação na gestão do Estado, que deve se aprofundar a democracia participativa no Estado, o controle social. Propomos que a formação das direções das estatais seja através de um representante dos usuários e um dos trabalhadores. Propomos que se separe a eleição do governo e do parlamento, da formação das direções do centro do Estado. O projeto alternativo tem que ter o sentido de participação democrática e não de uma visão unilateral como a que tinha o projeto privatizante. E, tampouco os trabalhadores têm a exclusiva responsabilidade por isto. Tentamos conformar um grupo mais amplo, que tenha uma base social muito mais completa.